CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DO ENSINO MÉDIO

PROCESSO N.: - 609/67 - CEE
INTERESSADO: - ESTEVAM SOUZA SARROS
ASSUNTO : - Professores concursados de Trabalhos Manuais em estabelecimentos oficiais do Estado. Resolução CEE - n. 7/63. Pretensão de professores de Trabalhos Manuais à disponibilidade remunerada ou à remuneração de aulas excedentes em se tratando de Artes Industriais
RELATOR : - Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI

P A R E C E R N. 25/69 - CEM.

1 - Recapitulando:

Antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, figurava no currículo do primeiro ciclo do curso secundário a disciplina Trabalhos Manuais. O Governo do Estado, obviamente, realizou concurso para o provimento efetivo do cargo de professor para o exercício do respectivo magistério.

Em vigor a Lei e à vista dos arts. 35, § 1º, e 40, "b", o Conselho Estadual de Educação indicou as disciplinas complementares e optativas para os currículos dos cursos de ensino médio. No mesmo ato, que é a Resolução CEE - n. 7/63, criou o ginásio único ou comum, o que implicou a progressiva eliminação dos ginásios secundários e técnicos. Tornando-o, entretanto, Pluricurricular, estimulou-o a constituir mais de um modelo de currículo, sob a intenção de exploração vocacional dos educandos.

Para isso, além das disciplinas ditas de cultura geral, a Resolução introduziu, sob a denominação de disciplinas específicas, ciências, artes ou técnicas específicas do ensino agrícola, comercial, industrial ou artístico, bem como de economia doméstica (Art. 2º, "b" e "c" e § 2º).

Com o objetivo de tornar o ginásio comum, efetivamente Pluricurricular, a Resolução alargou o perímetro das disciplinas específicas de ensino industrial até aos seguintes ramos: 1) Metal e Mecânica; 2) Eletricidade e Eletrônica; 3) Madeira; 4) Artes Gráficas; 5) Construção Civil; 6) Desenho, Pintura e Decoração; 7) Couro e Similares; 8) Joalheria e Lapidação; 9) Cerâmica; 10) Pesca.; 11) Vimaría e afins; 12) Fotografia (art. 3º, "b").

A Resolução CEE - n. 7/63 não lhes deu, porém, a denominação de Artes Industriais, já corrente no sistema federal de ensino, quanto ao chamado ginásio voltado para o trabalho.

c) Por meio da Portaria n. 20, de 17 de fevereiro de 1964, o Departamento de Educação organizou os currículos dos cursos secundários e normais mantidos pelos estabelecimentos oficiais do Estado. E neles, não figurou disciplina sob a denominação de Artes Industriais, embora, no currículo do primeiro ciclo do curso secundário houvesse a remissão aos arts. da Resolução CEE - n. 7/63 que se referiam àquelas ciências, artes ou técnicas.

d) Também não lhe fez menção o regimento dos estabelecimentos oficiais do Estado, de ensino secundário e normal, aprovado pelo Decreto n. 47.404 de 19 de dezemb. de 1966, e, bem assim, por este Colegiado mediante o Parecer n. 201, em sua sessão de 24 de dezembro de 1965 ("Acta", n. 8, págs. 205 a 229).

e) A denominação Artes Industriais apareceu nas Normas Regimentais dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal (oficiais do Estado), aprovadas pelo Decreto n. 47.404, de 19 de dezembro de 1966, ao se referir, no art. 7º, inciso II, às disciplinas específicas de ensino técnico contempladas pela Resolução CEE - n. 7/63.

A inovação foi acolhida pelo Conselho Estadual de Educação no Parecer n. 598/66, à vista das razões aí expostas ("Acta", n. 9, págs. 376 a 382).

f) Entretanto, foi publicado anteriormente no Diário Oficial do Estado, em sua edição de 26 de março de 1966, o Comunicado n. 38 da Chefia do Ensino Secundário e Normal, onde se lia:

"5 - É importante considerar que Artes Industriais não constituem a mesma disciplina chamada Trabalhos Manuais. Assim, verifica-se que, por força dos currículos adotados após a vigência da Resolução CEE - n. 7/63, a disciplina ou prática educativa, conforme o caso, existente na estrutura da orientação adotada pela unidade escolar, é hoje Artes Industriais e não Trabalhos Manuais."

2 - Pois bem.

a) Um professor de Trabalhos Manuais, efetivado por concurso, requereu ao Secretário de Estado dos Negócios da Educação, em maio de 1966, a sua disponibilidade remunerada, sob o fundamento de que sua disciplina havia sido extinta do currículo, à vista do Comunicado n. 38 (Protocolado n. 5.470/66 - DE).

Um outro, em requerimento também de maio de 1966, solicitou o pagamento de aulas de Artes Industriais, como excedentes, uma vez que Artes Industriais não eram Trabalhos Manuais (Protocolado n. 6.648/66-DE).

Um terceiro professor de Trabalhos Manuais, em 1965, se recusou a lecionar Eletricidade. E, em ofício de 22 de março de 1966, a direção do estabelecimento comunicava ao inspetor regional que o aludido professor também se recusou a ministrar aulas de Trabalhos Manuais, sob o argumento de que essa disciplina havia sido excluída do currículo adotado no ciclo ginásial (Protocolado n. 3.916/66).

3 - Há várias manifestações nos protocolados. Fazem jus a destaque os seguintes.

a) No caso do primeiro requerente, falaram os professores Olindo Cavarini, inspetor regional e a dra. Lísia Castanho Vaz Toledo, assessora jurídica da Chefia do Ensino Secundário e Normal. Ambos foram contrário à pretensão. Um assessor técnico, cuja assinatura é ilegível, opinou pela audiência do Conselho Estadual de Educação. Já, entretanto, uma informação do diretor do estabelecimento, segundo a qual teria havido um acerto com o professor, mediante adaptação do programa de Trabalhos Manuais.

b) No caso do segundo requerente, além do diretor do estabelecimento, manifestou-se o professor Sérgio Soares, assistente técnico da Chefia do Ensino Secundário e Normal. Embora concordasse com o pagamento das aulas de Artes Industriais como excedentes, ante o Comunicado n. 38, reconheceu, porém, a similitude entre Trabalhos Manuais e as disciplinas referidas no art. 3º da Resolução CEE - n. 7/63. Assim, tendo presente o art. 3º, § 2º, da aludida Resolução, entendia que, onde houvesse professor efetivo, o estabelecimento deveria optar por Trabalhos Manuais. A Assessora Jurídica foi de parecer que se tornasse sem efeito o Comunicado n. 38, ouvindo-se o Conselho Estadual de Educação.

c) No caso do terceiro requerente, o inspetor do Ensino Secundário e Normal informou que o professor estaria pronto a dar aulas de Artes Industriais, desde que as recebesse como extraordinárias. Falou a professora Ruth Camargo Leopardi Mariano, assessora técnica da Chefia do Ensino Secundário e Normal. A respeito das aulas como excedentes, sugeriu fosse ouvida a Assessoria Jurídica. Para sanar outras situações semelhantes, propôs a modificação das normas do concurso para o provimento do cargo de professor, no ensino secundário e normal, de modo que a aprovação do candidato se fizesse dentro de uma configuração mais ampla no campo das atividades pedagógicas.

4 - Os protocolados, reunidos, foram remetidos a este Colegiado, onde o/primeiro requerente foi convertido em diligência. O relator desejava conhecer o programa de Trabalhos Manuais, a copia do edital do concurso a que se submeteu e das instruções do Departamento de Educação a propósito do ensino de Artes Industriais.

5 - Atendida a diligencia, a Assessoria deste Colegiado se manifestou. Lamentou, de início, não ter a Resolução CEE - n. 7/63 incluído, em Disposições Gerais, um artigo sobre a obrigatoriedade de os professores de Trabalhos Manuais ministrarem aulas de Artes Industriais, o que, no seu entendimento, lhes deu inspiração para pretensões como as que originaram os protocolados em exame. Entre as sugestões, figura a de que o Governo do Estado deveria editar decreto, em virtude do qual Trabalhos Manuais, como disciplina, denominar-se-ia Artes Industriais.

6 - Este o relatório; longo, embora necessário.

7 - Descabe a observação da Assessoria deste Colegiado. Não competia ao Conselho Estadual de Educação senão relacionar as disciplinas complementares e optativas, e, bem assim, as praticas educativas.

Não lhe cabia modificar a denominação de cargo ou função no magistério secundário ou normal. Essa atribuição seria da administração estadual. Prudente, o Conselho deu às ciências, artes ou técnicas de ensino agrícola, artístico, comercial e industrial ou de economia domésticas denominação genérica de "disciplinas específicas". Portanto, não trancou, mas abriu a porta para que a administração estadual adaptasse o quadro de professores às mencionadas disciplinas.

9 - No caso em tela, não há interesse, a nosso ver, em saber quais as exigências, sob o ponto de vista da formação intelectual ou profissional, para a inscrição no concurso de professor de Trabalhos Manuais.

A título de informação, diz-se que, consoante o edital publica, do no Diário Oficial do Estado, em sua edição de 16 de dezembro de 1933, os candidatos ao concurso, para o provimento efetivo do cargo de professor de Trabalhos Manuais, deveriam apresentar "diploma expedido por escola normal do Estado, oficial ou reconhecida, ou diploma de conclusão de curso de aperfeiçoamento ou mestria industrial oficial, ou diploma equivalente expedido por estabelecimento fiscalizado pelo Departamento de Ensino Profissional".

10 - Igualmente não terá importância a apreciação e o cotejo da fundamentação psicopedagógico de Trabalhos Manuais e Artes Industriais.

11 - Dispensável ainda o estudo da questão, sob o ponto de vista do Direito Administrativo, à semelhança do que fez o professor Alfredo Gomes, então conselheiro-substituto, em sua declaração de voto, a propósito de pretensão semelhante alimentada por professores de Espanhol ("Acta", n. 9, págs. 357 a 367).

12 - Nem vale a pena examinar a matéria, à luz do art. 141, § 3º, da Constituição Federal, de 1946, ou do art. 150, § 3º, da Constituição do Brasil, que lhe repete o preceito de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

13 - Assim, há de ser, porque a solução da questão, fácil, simples e acessível, está no § 2º do art. 3º da Resolução CEE - n. 7/63:

"Os estabelecimentos, mediante aprovação do Conselho Estadual de Educação, poderão admitir, como optativas, outras disciplinas, além das relacionadas neste artigo."

Ou o professor de Trabalhos Manuais se dispõe a prestar serviços como professor de ciências, artes ou técnicas de ensino industrial, sob a denominação de Artes Industriais, ou o estabelecimento, por meio do órgão próprio, obterá do Conselho Estadual de Educação aprovação para incluir no currículo aquela e não esta disciplina.

Se lhes parecer demorada a solução, os estabelecimentos, que enfrentarem dificuldades criadas por professores de Trabalhos Manuais, deverão recorrer ao art. 4º da Resolução CEE - n. 7/63, que assim dispõe:

"São consideradas práticas educativas do Sistema Estadual de Ensino: Educação Física, Educação Moral e Cívica, Educação Religiosa; e mediante a indispensável adaptação metodológica, qualquer das disciplinas relacionadas no artigo 3º, e não incluída pelo estabelecimento para os efeitos dos artigos 2º ou 3º."

Prescindir-se-á, por enquanto, de uma medida de caráter geral. Apenas dois são os recalcitrantes, uma vez que a respeito do primeiro requerente figura, no respectivo protocolado, a informação de que teria acordado em ministrar aulas de Artes Industriais.

14 - Esse o nosso parecer.

São Paulo, 8 de julho de 1969

a) Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI

- RELATOR -

Aprovado, por unanimidade, na sessão extraordinária da Câmara do Ensino Médio, realizada em 14 de julho de 1969.

a) Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI
Presidente da CEM